



# JUVENTUDE, NEGRITUDE E CRIMINALIDADE: UM OLHAR INSPIRADO NO DOCUMENTÁRIO ÔNIBUS 174

YOUTH, BLACKNESS AND CRIMINALITY:  
A LOOK INSPIRED BY THE DOCUMENTARY BUS 174

Jéssica Gonçalves da Silva<sup>1</sup>  
Dinéia Aparecida Domingues<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Este trabalho de conclusão de curso tem como objeto discutir fenômenos sociais que produzem a marginalização dos jovens negros. Considerando as condições de vida e trabalho do segmento juvenil negro e pobre brasileiro que pode ser revisto na história de vida de Sandro, apresentada no documentário Ônibus 174, refletimos sobre a realidade dos jovens negros brasileiros. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, associada a uma pequena leitura discursiva do documentário Ônibus 174. Com este estudo, podemos dizer que os jovens negros brasileiros esbarram em tantas limitações de acesso aos direitos de cidadania que são empurrados para o ciclo da violência e experimentam trajetórias de criminalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude negra; Vulnerabilidade Social; Criminalidade; Hierarquização Social; Genocídio.

**ABSTRACT:** This course conclusion paper aims to discuss social phenomena that produce a marginalization of black youth. Considering the conditions of life and work of black youth segment and Brazilian poor who may be revised in Sandro's life story, presented in the documentary Bus 174, reflect on the reality of Brazilian black youth. The methodology used was literature review, associated with a small discursive reading of the documentary Bus 174. With this study, we can say that Brazilian black youths run into so many restrictions on access to citizenship rights that are pushed to the cycle of violence and experience trajectories crime.

**KEYWORDS:** Black Youth; Social Vulnerability; Crime; Social Hierarchy; Genocide

---

## 1 INTRODUÇÃO

A população carcerária no Brasil vem crescendo ano a ano, atualmente ocupa a 4<sup>a</sup> posição de maior população carcerária no mundo, segundo Moura e Ribeiro (2014).

Um dado que chama a atenção é que a maioria da população encarcerada é composta por negros, como demonstrado a partir de pesquisas e dados censitários. Conforme citado por Sinhoretto (2015), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizou pesquisa sobre os encarcerados através do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (INFOPEN), constatando que, em 2012, 60,8% da população carcerária era negra. Essa porcentagem inclui os pardos conforme o padrão censitário desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse estudo monográfico visa discutir fenômenos sociais que levam à predominância de negros jovens entre os encarcerados no país.

Para este estudo monográfico, revisitamos bibliografia brasileira recente sobre juventude, criminalidade e população carcerária. Foram utilizados descritores como juventude ne-

---

<sup>1</sup> Psicóloga graduada pela PUC Minas. Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pelo IDH e Pós-graduada em Psicologia Clínica: Gestalt terapia e Análise Existencial. jessikae\_@hotmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga graduada pela Fundação Mineira de Educação e Cultura, Mestre em Educação pela UFMG.

gra, contemporaneidade, trabalho e criminalidade e consultados livros, artigos e dados estatísticos de estudiosos e pesquisadores sobre o tema.

Para pensar sobre a realidade dos jovens negros no Brasil, teremos como norte a história verídica de Sandro, revisitada no documentário Ônibus 174. No ano de 2000, no Rio de Janeiro, Sandro Barbosa do Nascimento fez 11 reféns no ônibus 174, que saía da zona sul em direção ao centro da cidade do Rio de Janeiro. O sequestro terminou com a refém morta e o assassinato de Sandro pela polícia. Sua história de vida foi marcada por recorrentes violências e pela situação de vulnerabilidade social de Sandro e de sua família. Assim, a partir da história de Sandro esperamos compreender, à luz da Psicologia em diálogo com as Ciências Sociais, a marginalização dos jovens negros em nossa sociedade. Esperamos também reconhecer os mecanismos possíveis aos jovens negros para obter visibilidade em uma sociedade que os segrega.

Durante a minha formação acadêmica tive a oportunidade de estagiar no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) por 1 ano e 2 meses. Este programa, do governo estadual de Minas Gerais, é desenvolvido nos Centros de Prevenção à Criminalidade com o objetivo de acolher egressos do sistema prisional e auxiliar em seu retorno à sociedade de forma digna. O PrEsp promove acesso do egresso aos direitos sociais e aos direitos previstos na Lei de Execução Penal nº 7.210/84, como por exemplo, assistência jurídica gratuita, orientação à família e contribuição para a obtenção de trabalho.

O número superior de negros encarcerados e a história de vida de Sandro inspiram o questionamento com relação aos fenômenos sociais que levam tantos jovens brasileiros à criminalidade. Além disso, nos perguntamos se existe relação entre a superioridade da quantidade de negros encarcerados e histórias como a de Sandro.

Portanto, o problema desse estudo é: o que acontece para que tantos jovens negros brasileiros experimentem trajetórias de criminalidade? O brasileiro negro e pobre, pelo menos desde a escravidão, é marginalizado pela sociedade, que preza pela superioridade étnica e cultural dos brancos. Sendo assim, parece que o jovem negro pobre assimila o preconceito de que ele é incapaz de ascender na vida social de etnia inferior a outras, encontrando na criminalidade o reconhecimento e a visibilidade desejada.

Assim, é importante discutir fenômenos sociais que levam jovens negros à criminalidade. E, discorrer sobre as condições de vida e trabalho possíveis ao segmento juvenil negro brasileiro, como nesse estudo, relacionando a história de vida de Sandro, protagonista do documentário Ônibus 174, com a realidade da maioria dos jovens negros brasileiros.

## 2 JUVENTUDES

Para falar sobre as condições de vida e trabalho do segmento juvenil negro, iniciamos este estudo revendo conceito de juventude. Ao longo dos anos, o conceito de juventude foi sofrendo modificações e abrindo lacunas para diversas interpretações.

Dayrell (2013) pesquisador reconhecido nesse campo faz uma crítica ao conceito de juventude vista na sua condição de transitoriedade. Para ele, essa concepção aborda uma visão negativa da juventude, que diz daquilo que o sujeito não é, diz de um “vir a ser”. Outra concepção criticada pelo autor é a visão romântica da juventude, que se refere ao tempo de liberdade, de prazer, marcado pela presença no mercado de consumo, dirigido aos jovens, pelo hedonismo e pela irresponsabilidade. É um período de ensaio e erro. E critica ainda, a visão de juventude como momento de crise, fase difícil, na qual os jovens têm conflitos com a autoestima e/ou personalidade.

Para Dayrell a juventude é:

ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, entre outros aspectos. (DAYRELL, 2003, p. 157)

Nesse sentido, para o autor, não se trata de juventude, mas de juventudes. A noção de juventude integra a diversidade de modos de ser jovem e não permanece presa a critérios rígidos, mas à perspectiva da juventude enquanto um processo de crescimento que leva em consideração as experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

A concepção de juventude de Dayrell (2003) vai ao encontro da psicologia sócio-histórica e da sociologia da juventude que entendem juventude como um processo social em construção, relacionado diretamente com aspectos históricos e culturais, levando em consideração também fatores geracionais e biológicos. Ou seja, a juventude é posta sob um olhar desnaturalizado.

No Estatuto da Juventude (2013) - Lei 12.852/2013 - que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, juventude é entendida como jovens com idade entre 15 e 29 anos. Consta na introdução do estatuto que esse recorte contempla cerca de 51 milhões de brasileiros (as). Segundo o Estatuto da Criança

e do Adolescente, Lei 8.069/1990, (2015), a adolescência contempla jovens entre 12 e 18 anos. O critério utilizado para situar a juventude nos dois casos é a faixa etária.

Com o exposto acima, podemos dizer que não existe um consenso para definir juventude ou juventudes:

Assumir a multiplicidade em relação à juventude é também assumir um posicionamento que busca retirar o caráter ideológico que atribui veracidade a apenas uma realidade específica e que acaba tornando-se marca do conceito de adolescência. (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011)

### 3 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Quanto às condições de vida e trabalho juvenil, parece relevante, primeiro, apresentar a relação entre vida e trabalho desde a escravidão e na contemporaneidade no Brasil, procurando compreender, historicamente, como se deu a relação desigual entre negros e brancos no nosso país.

A escravidão pode ser definida como o sistema de trabalho no qual o indivíduo (o escravo) é propriedade de outro, podendo ser vendido, doado, emprestado, alugado, hipotecado, confiscado. Legalmente, o escravo não tem direitos: não pode possuir ou doar bens e nem iniciar processos judiciais, mas pode ser castigado e punido. (GELEDES, 2012)

Desde o século XVI, homens e mulheres negras eram trazidos à força da África para o Brasil em grandes navios negreiros, pela minoria branca, que até hoje é o segmento dominante socialmente. Muitos escravos morriam durante a travessia devido às condições desumanas e miseráveis das viagens marítimas e as mortes eram consequência da fome, dos castigos físicos e das doenças que os acometiam.

Aqueles que sobreviviam à travessia serviam de mão-de-obra nas fazendas dos homens brancos europeus. Quanto mais escravos esses homens tinham, maior era seu status. Os negros tomados como escravos eram separados de suas famílias de origem, levados da terra natal e viviam para obedecer aos senhores, do contrário, sofriam castigos violentos. Eram tidos como mercadoria, podiam ser vendidos, trocados, alugados e até mortos, caso fosse desejo daqueles que os exploravam.

Em 1822 o Brasil conquistou a autonomia política de Portugal e, ainda assim, a escravidão permaneceu. Nem todos os escravos aceitavam suas condições passivamente, havia aqueles que se rebelavam, fugiam e organizavam movimentos de revolta.

A abolição da escravidão foi decretada pela Princesa Isabel em 1888. O regime de es-

cravidão no Brasil vigorou por mais de 300 anos. Podemos destacar então que, desde a colonização do Brasil pelos portugueses, os brancos eram minoria, embora dominassem os índios e os negros, colocando-os como inferiores e tornando-os escravos, obedecendo e servindo aos interesses econômicos e sociais dos brancos.

Historicamente reconhecemos o desequilíbrio existente na valoração do trabalho entre negros e não negros, fato este que vem motivando diversas pesquisas para entender a dinâmica do mercado de trabalho que persiste até os dias de hoje.

#### **4 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DO SEGMENTO JUVENIL NEGRO BRASILEIRO**

No biênio 2011-2012, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2013), foram apuradas informações pelo sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizado através do convênio entre o DIEESE, a Fundação Seade, o Ministério do Trabalho e Emprego e Fundo de Amparo ao Trabalhador (MTE/FAT). Segundo essa pesquisa, os negros ocupam cargos de menor prestígio e valorização no mercado de trabalho, tais como os da indústria de transformação, composta por alfaiates, calceiros, camiseiros, costureiros. Na construção temos pedreiros, serventes, pintores, caiadores. No comércio temos vendedores, frentistas, repositores de mercadoria e nos serviços temos faxineiros, lixeiros, serventes, camareiros e empregados domésticos. As regiões metropolitanas pesquisadas foram Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Através dos dados obtidos na pesquisa do DIEESE (2013), é demonstrado que os negros ocupam cargos e trabalhos de menor prestígio e salário em nossa sociedade. Segundo Santos e Scopinho (2011), predomina um padrão de trabalhador: homem e branco. Os que não se encaixam neste perfil, mulheres e negros, em grande parte estão na informalidade, em ocupações instáveis e de baixa remuneração.

[...] no mundo do trabalho o processo de exclusão vivido pelos jovens pretos e pardos era gritante: dificuldade para encontrar uma ocupação, informalidade nas relações trabalhista e menores rendimentos. Ao conseguir uma ocupação, em geral, ela era exercida de forma bem mais precária que as dos brancos. (BENTO; BEGHIN apud SANTOS; SCOPINHO, 2011)

Diante dos dados, parece que se confirma que ocorre discriminação dos negros na inserção no mercado de trabalho formal, consequência também da persistente desigualdade de

acesso e permanência na escola, comparado aos brancos.

Quando se relaciona emprego à escolarização, observamos que muitos jovens abandonam os estudos para trabalhar. Ou seja, abandonam o processo de formação educacional que pode ser associado às oportunidades e à capacitação profissional, o que contribui para defasagens no que diz respeito às exigências do mercado de trabalho.

A vulnerabilidade atinge os trabalhadores em diversas dimensões, ou seja, dado às referidas novas exigências do mercado, e heterogeneidade da produção contribuem para que este grupo enfrente maiores dificuldades baseadas na falta de instabilidade nos empregos, crescimento da informalidade e escassa abertura de novos postos de trabalho. (ABRAMOVAY, 2002. p. 45)

Ainda segundo Abramovay (2002), além das qualificações profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, existem outros fatores que interferem nas oportunidades dos jovens negros, tais como: “boa aparência”, corpo dentro dos padrões estéticos, pele clara, etc. Essas características baseiam-se no padrão de estética branco, a “boa aparência” pode ser entendida como traços faciais finos, conforme o padrão branco. As características, principalmente físicas, são colocadas como exigência para ocupar um cargo de trabalho, se tornando um dos motivos para que jovens negros, principalmente da periferia mais empobrecida enfrentem maiores dificuldades para superar o desemprego e/ou ocupar mais e melhores postos de trabalho.

Nesse cenário, o jovem brasileiro negro continua experimentando trajetórias de vida que confirmam dados alarmantes no nosso país do que acontece com esse segmento da população brasileira. As mortes por homicídio são predominantemente de negros.

O diagnóstico produzido pelo Governo Federal apresentado ao Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE mostra vetores importantes desta realidade, para além dos socioeconômicos: a condição geracional e a condição racial dos vitimizados. Em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes. 70,6% das vítimas eram negras. Em 2010, 26.854 jovens entre 15 e 29 foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total; 74,6% dos jovens assassinados eram negros e 91,3% das vítimas de homicídio eram do sexo masculino. Já as vítimas jovens (entre 15 e 29 anos) correspondem a 53% do total e a diferença entre jovens brancos e negros salta de 4.807 para 12.190 homicídios, entre 2000 e 2009. Os dados foram recolhidos do DataSUS/Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2011. (RAMOS, 2012)

Segundo dados publicados no Mapa da Violência 2014, publicação de Waiselfisz (2014), a juventude vem diminuindo, sobretudo para os jovens negros, as maiores vítimas de homicídio no Brasil. Se antes a morte dos jovens era decorrente de doenças infecciosas e epidemias, hoje é substituída por causas externas, como homicídio (49%), acidente de trânsito

(42%) e suicídios (9%).

De acordo com Waiselfisz (2014) no Mapa da Violência 2014, enquanto a taxa de homicídios entre a população não jovem é de 14,9 a cada 100 mil habitantes, entre jovens de 15 a 29 anos ela chega a 42,9, durante o período 1980 a 2011. No mesmo intervalo, homicídios foram responsáveis por 28,5% das mortes de jovens no País, mas foi causa apenas de 2% dos óbitos da população não jovem. Foram mortos, no mesmo período, 20.852 jovens negros, um número três vezes maior que o número de homicídios de jovens brancos.

Pelo levantamento, a maior vulnerabilidade do jovem negro à violência social é consequência da ausência de políticas públicas do Estado nas periferias e comunidades pobres do país. Isso é somado à baixa escolaridade do jovem negro e ao aumento da violência urbana, fruto do crescimento da criminalidade envolvendo drogas. A polícia também mata mais os jovens negros, e eles são os que menos têm oportunidades de emprego. (DAFS; RUY, 2015)

Dentre os homicídios, chama a atenção aqueles praticados por policiais. Segundo o relatório final da CPI Assassinato de Jovens, tendo como relator o senador Lindbergh Farias (2016), a situação envolvendo a morte de jovens negros é grave, principalmente aquelas justificadas pela ação policial. Só recentemente passaram a ser exigidos os chamados autos de resistência, em que um juiz de plantão registra o caso a partir da presunção de inocência. Levando em consideração os dados estatísticos já explicitados neste estudo, podemos dizer que os negros são os que mais são assassinados, números esses que denunciam a existência do racismo institucional.

E mais impactante é o silêncio da sociedade, das camadas médias e superiores, para quem esses assassinatos não constituem um problema social, pelo contrário, sendo considerados por muitos uma necessária estratégia de erradicação da banditagem. (FARIAS, 2016)

Associada a esta, outra realidade preocupante é a dos encarcerados no Brasil. Segundo Sinhoretto (2015), pesquisas realizadas pelo ONU/PNUD apontam que em 2012 o perfil da população carcerária no Brasil era de 60,8% negros, 35,7% brancos, 0,5% amarelos, 0,2% indígenas e 2,8% se declararam na categoria outras, sendo que o somatório de negros inclui os pardos, seguindo o padrão censitário desenvolvido pelo IBGE.

Com relação à distribuição prisional no Brasil por gênero, em 2012 a predominância de homens encarcerados indicava que, para cada mulher presa no país havia 15,19 homens presos. Com relação à totalidade de presos em 2012, 54,8% eram jovens, segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), ou seja, tinham menos de 29 anos. Foi constatado também

que 45,3% dos presos tinham o ensino fundamental incompleto, 18,7% cursou o ensino médio, 12,5% eram alfabetizados, 12,2% concluiu o ensino fundamental, 1,2% ingressou no ensino superior e 4,7% consta como não informado.

Na impossibilidade de acesso à Educação com qualidade e desde a primeira infância as desigualdades sociais e a conseqüente segregação de muitos jovens crescem em meio às várias peculiaridades da segregação e das oportunidades sociais, podendo ser citadas a segregação residencial, a segmentação dos serviços básicos e a forma como os espaços públicos de sociabilidade vem sendo direcionados para públicos selecionados.

Ela (educação) é considerada o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e para promover o bem-estar de jovens e adolescentes. Além disso, a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos. Neste sentido, a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens. (ABRAMOVAY, 2002. p. 38)

## **5 A CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DOS JOVENS NEGROS E POBRES**

Para compreendermos melhor a situação de violência sofrida e praticada pelos jovens negros no Brasil, é necessário discorrer sobre a vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social é tratada aqui como resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI; FILGUEIRA apud ABRAMOVAY, 2002, p. 13)

A vulnerabilidade social apresenta-se entrelaçada às condições socioeconômicas do país, neste caso o Brasil, e dificultam o acesso dos jovens pobres à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e ao trabalho, direitos e equipamentos que são fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos citados por Abramovay (2002) para experimentar mobilidade social. Assim, perduram-se desigualdades sociais. Ao negar esses direitos aos jovens e/ou dificultar seu acesso certamente oferecem as condições para que aumentem as dificuldades que experimentam em família e em sociedade, incluindo as condutas violentas por parte deles. A violência em questão não é conseqüência direta da pobreza, mas sim do descaso e da negação de direitos aos pobres como um todo.

[...] a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada a

condição de vulnerabilidade social destes indivíduos. Atualmente, esses atores sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros desse grupo e distanciam os do “curso central” do sistema social. (VIGNOLI apud ABRAMOVAY, 2002. p. 33)

Os aspectos envolvidos na vulnerabilidade social são perversos. Eles contribuem para a manutenção da hierarquia social, impedindo que esses jovens adquiram e aperfeiçoem o que é ou deveria ser oferecido através do acesso aos insumos fundamentais para o desenvolvimento e integração social, diminuindo as chances desses jovens de ascender socialmente.

A associação da vulnerabilidade social com a desigualdade social e a segregação juvenil elucida como a violência juvenil está associada a diversos fatores como a oportunidade dos jovens serem visíveis e como forma de colocá-los frente aos meios de comunicação, por exemplo, sendo protagonistas e chamando a atenção para sua vida difícil. A violência é também um mecanismo de resolução de conflitos e obtenção de recursos simbólicos e materiais que informam de sua existência social.

No que concerne às desigualdades sociais, ao racismo e à segregação do negro, faz-se necessário a discussão sobre como se dão essas mazelas. Com isso, abordaremos o que é preconceito, suas consequências e como ocorre a manutenção das hierarquias sociais.

O preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes consolida-se como violência e ódio de uns sobre os outros. (PRADO; MACHADO, 2012, p. 67)

A hierarquização social e a inferiorização são processos complementares que ajudam a manutenção de desigualdades e a incitação de processos de exclusão social. A lógica que sustenta a hierarquização é a subordinação explicada em discriminações históricas, como nesse caso, desde a escravidão.

Tendo o segmento social juvenil negro em evidência nesse estudo, nota-se que a hierarquização e a inferiorização dos jovens pobres e negros são utilizadas para a conservação e a extensão dos processos de dominação social. Ou seja, o preconceito tem a finalidade de não permitir que relações subordinadas se transformem politicamente. O preconceito atua como regulador das interações entre opressor e oprimido.

O preconceito opera com a assimilação das características de inferioridade e no âmbito coletivo sustenta a hierarquização social que dá normatividade e coerência à ação, reduzindo o complexo ao simples, conforme as exigências da heterogeneidade estruturada da vida cotidiana. Não por outro motivo, indivíduos inferiorizados assimilam, na construção de suas identidades sociais, as características sociais e psico-

lógicas negativas atribuídas a eles, fortalecendo ainda mais essas características e legitimando os mecanismos e as formas de preconceito que incidem sobre eles. (PRADO; MACHADO, 2012, p. 76)

No caso dos negros, através do racismo, fenômeno caracterizado pela redução do cultural ao biológico, se tenta explicar um dado status social através de uma característica natural. Resulta também em práticas de discriminação e exclusão social, concretizando, confirmando o processo de hierarquização social e inferiorização dos negros. Caracterizado como um país multirracial, o Brasil é ideologicamente dominado pela minoria branca detentora do poder, da renda e do bem-estar, explorando a maioria negra:

[...] a linguagem de classe e de cor no Brasil sempre foi usada de modo racializado. Tanto a tonalidade da pele quanto outras cromatologias figuradas “naturalizaram” enormes desigualdades que poderiam eventualmente comprometer a nossa auto-imagem de democracia racial. (GUIMARÃES, 1995. p. 02)

Em evidência, encontramos a tendência a naturalizar a hierarquização social, ou seja:

A implicação ideológica da ideia de natureza (e de grupos naturais) não pode ser abolida das relações sociais, onde ocupam – ainda que nos repugne admitir – um lugar central. Ideologicamente mascarada (dado que a ideologia se esconde sob as ‘evidências’), a forma “natural”, seja do senso comum, seja já institucionalizada, constitui o cerne dos meios técnicos de que dispõem as relações de dominação e de força para se impor aos dominados e mantê-los dominados”. (GUILLAUMIN apud GUIMARÃES, 1995. p. 31)

Assim, segundo Guimarães (1995), o sistema de hierarquização parece funcionar através das diferenças estabelecidas que são consideradas naturais. Podemos dizer que esse sistema emergiu no Brasil com a escravidão, marcado pelas posições de prestígio, pela classe social, origem familiar, cor e limitações de acesso à educação formal. As dicotomias elite/povo e brancos/negros marcaram e sustentaram a escravidão por três séculos no Brasil, reforçando até hoje o processo da hierarquização social.

O sistema de hierarquização social funciona em escala vertical, classificando as categorias quanto às classes sociais, podendo ser levado em consideração os gêneros e as etnias, segundo Guimarães (1995). Ou seja, a hierarquização social está relacionada à subordinação de poderes dentro da estrutura social. Desde a escravidão até os dias atuais a hierarquização social se mantém naturalizada na sociedade brasileira

Esses processos de criminalização da pobreza são sustentados por visões de mundo de que a questão social é produto de escolhas individuais, ou seja, buscam explicar uma questão social através do discurso de naturalização do social. Por outro lado, podemos pensar a cri-

minalização da pobreza enquanto produto dos conflitos entre capital e trabalho.

O conflito capital *versus* trabalho é característico da sociedade capitalista, marcado pelas lutas de classes. Petry (2008) cita Ralf Dahrendorf (1992) e diz que entende conflito como o relacionamento de elementos que se caracterizam pelo contraste objetivo e subjetivo. O trabalho pode ser considerado como atividade realizada por um ser humano, destinado a criar, transformar, fornecer e distribuir, utilizando bens materiais e não materiais para a sobrevivência e bem estar individual e/ou coletivo. Para definir capital, Petry (2008) cita Marx:

Para Marx, o capital não é uma coisa, mas uma relação social que toma a forma de coisa, presente nas relações capitalistas de produção, isto é, a relação das forças produtivas nas relações de produção (trabalhador e meios de produção).

No decurso do tempo, a pobreza vem sendo alvo e dentro dela, principalmente, os jovens negros. Os pobres são tomados por culpados de promoverem a criminalidade, sem muitas oportunidades para que vejamos, por outro lado, que temos um Estado omissivo quanto à regulação da igualdade, tendo como consequência uma violência estrutural que vitimiza os indivíduos e estigmatiza os cidadãos que não conseguem acessar direitos individuais e sociais.

Pellegrini (2014) aponta que a Anistia Internacional levantou dados de que em 2012, 30 mil jovens foram mortos no Brasil. Do total de mortes, 77% eram jovens negros. Esses índices parecem ser o resultado de uma política de criminalização da pobreza.

De fato, o que acontece é que essa parcela da população brasileira, a juventude negra, encontra-se à margem da sociedade, com limitações de acesso a todos os direitos de cidadania. Em um país democrático, parece justo promover ações para diminuir esses índices e questionar essa realidade preocupante.

## **6 BREVE RELATO SOBRE A VIDA DE SANDRO**

O documentário *Ônibus 174* retrata o sequestro da linha de ônibus 174 no bairro Jardim Botânico, na zona sul do Rio de Janeiro, acompanhado ao vivo por redes de televisão brasileiras e estrangeiras em 12 de junho de 2000. Paralelamente às cenas reais do sequestro, são reproduzidas cenas que tentam apresentar a vida do protagonista dessa história, Sandro Rosa do Nascimento, de 21 anos, contada a partir de vários olhares, de sua tia, da mulher que passou a considerá-lo como filho, da polícia, das reféns do sequestro e dos amigos de Sandro.

Sandro era negro e pobre, nasceu em São Gonçalo, Rio de Janeiro e morava com sua mãe no bairro Boa Vista. Aos seis anos de idade presenciou sua mãe, grávida de cinco meses,

ser assassinada numa situação em que o assassino cravou uma faca em suas costas no bar que ela era proprietária. Segundo a tia de Sandro, ao ver a mãe agonizando no chão, ele correu para comunicar a tia sobre o ocorrido e pedir socorro. Após esse episódio, ele ficou aos cuidados da tia materna. Ela relata que Sandro não quis ir ao enterro da mãe, disse que iria jogar bola de gude e quando convidado a ir visitar o túmulo da mãe, dizia que iria brincar. A tia diz pensar que ele inventava desculpas para evitar se lembrar daquele episódio. Ela ainda relata que um dia, após esse episódio, ao chegar do trabalho, sua mãe, avó de Sandro, havia dito que ele havia fugido; foi para a rua e não mais voltou. O documentário não permite saber se a família tentou trazê-lo de volta.

Segundo depoimento de jovens que quando crianças conviviam com ele nas ruas do Rio, Sandro, assim como essas tantas crianças que viviam na rua começou a roubar/assaltar, principalmente em semáforos e a fazer uso de drogas como cocaína e cola. Relatam que passaram a roubar para comer e a fazer uso de drogas para suportar sua realidade comum às tantas crianças e jovens do Brasil que, como ele, viviam e ainda vivem nas ruas das grandes cidades do país.

Quando entrevistadas no documentário, essas pessoas se encontravam em situação semelhante à dele, relatando que foram morar na rua após algum episódio de violência dentro de casa, como espancamento por parte do padrasto e abuso de álcool resultando em agressão. Observamos nesses casos a naturalização e a vitimização individual e familiar, mostrando como o acesso aos direitos de cidadania não costuma ser posto em discussão, associado ao que acontecia e acontece com tantas famílias empobrecidas.

Levando em consideração as pesquisas de Abramovay, pensamos em como Sandro teve a infância interrompida após o assassinato de sua mãe. A partir das noções de vulnerabilidade social trabalhadas pela autora e explicitadas no capítulo anterior, compreendemos que Sandro não teve acesso às condições básicas para se servir de recursos materiais e/ou simbólicos, como educação, saúde, cultura e lazer para experimentar a infância como deve ser direito de cada criança. Ou seja, Sandro se encontrava em situação de vulnerabilidade social entrelaçada às condições socioeconômicas possíveis à sua família. É de se pensar que uma criança em situação de rua, sem vínculos familiares, constrói laços com as outras crianças na mesma situação e buscam modos de sobreviver em grupo e com práticas sociais semelhantes, tentando suportar sua dura realidade.

Sandro pode ser reconhecido entre as estatísticas de encarcerados no Brasil, entre os 60,8% dos encarcerados jovens negros, pobres e que não conseguiram acessar o ensino fundamental. Segundo Abramovay, o acesso à educação, em conjunto com a proteção da família

constituem relevantes condições de socialização de crianças e jovens. Nesse sentido, podemos dizer que provavelmente Sandro não acumulou capital social através das interações que ocorrem nas escolas, considerada a principal esfera complementar à família para a elevação dos níveis de capital humano.

Como podemos observar no documentário, através da fala de Yvonne, assistente social que atuava voluntariamente na rua e conhece Sandro desde quando ele vivia embaixo da marquise da Igreja da Candelária, após o episódio traumático da morte da mãe vivenciado aos seis anos de idade, filho de paternidade desconhecida e sob a tutela da tia e avó, inicialmente, ele vai para as ruas do Rio de Janeiro e se junta a meninos em situação semelhante à dele, geralmente tomados por gangue de meninos de ruas, que migram para zona sul para cometer delitos. A reflexão feita por Yvonne, através da observação que ela fez dessas crianças no convívio com elas, mostra que na imaginação delas, na zona sul daquela cidade não se passa fome e as pessoas tinham dinheiro, principalmente os turistas.

Desde que foi para a rua, por inúmeras vezes, Sandro cumpriu medidas socioeducativas por delitos como assalto, observado conforme o documentário na fala do narrador, que faz leitura da ficha de identificação de Sandro na Instituição Socioeducativa Padre Severino. No entanto, não havia histórico de homicídio cometido por ele. Sandro não cumpriu nenhuma medida socioeducativa até o final estipulado, ele evadia junto com outros adolescentes e voltava para as ruas do Rio, cometendo novos delitos até ser pego novamente pelas autoridades.

Aos 15 anos de idade Sandro vivia embaixo da marquise da Igreja da Candelária, centro do Rio, espaço esse que era conhecido por dormirem várias pessoas em situação de rua, rua na qual em 23 de julho de 1993, policiais assassinaram sete crianças e deixaram outras feridas, mostra o documentário, que permite observar que eram negras a maioria das crianças e adolescentes que dormiam embaixo da marquise. Esse fato confirma a estatística de que as maiores vítimas de homicídio são pessoas negras entre 15 e 29 anos, o que nos leva a pensar, como afirmado por Pellegrini (2014) através dos dados levantados pela Anistia Internacional em 2012, que está acontecendo em nosso país um genocídio de jovens negros, ou seja, estão exterminando negros (as).

Após atingir a maioridade, Sandro foi condenado a cumprir pena de três anos por assalto à mão armada. Sandro fugiu da prisão, começando a frequentar a favela Nova Holanda, no Rio de Janeiro. A partir daí, ele conhece uma senhora que lhe concede morar com ela. Ela relata que ao acolhê-lo, passam a viver uma relação de mãe e filho, considerado assim por ambos, segundo ela. Nos depoimentos concedidos no documentário, pessoas que conviveram com Sandro, tais como seus amigos da rua e a assistente social Yvonne, relataram que ele era

introvertido e que “apesar de estar envolvido com a criminalidade não era agressivo” e tinha bom comportamento quando estava restrito de liberdade, segundo o agente penitenciário que teve contato com Sandro no presídio.

Dois meses antes do sequestro, Sandro procurou Yvonne, conta a assistente social que conhecia Sandro desde quando ele vivia embaixo da marquise da Igreja da Candelária. Ele contou para Yvonne seu desejo por trabalhar e que, sendo analfabeto, sem experiência profissional e carteira de trabalho, não lhe foi dada a oportunidade, naquele momento não seria diferente, reproduzindo, segundo ela, as falas de Sandro. Em situação de rua, Sandro teve limitações, desde que fugiu de casa, de acessar aos seus direitos de cidadania, como frequentar a escola e construir seu processo de formação educacional e capacitação profissional. Como explicitado nos capítulos anteriores, se faz necessário assegurar que as políticas públicas atinjam essa parcela da população em sua maioria de jovens negros, pobres, vítimas de homicídios e encarcerados.

## **7 SER JOVEM, POBRE E NEGRO NO BRASIL**

Sandro era negro e pobre, não atendia fisicamente aos padrões brancos de beleza e não tinha qualificações profissionais exigidas pelo mercado de trabalho. As características, principalmente físicas, quando se trata de negros, são colocadas como exigência para ocupar um cargo de trabalho, se tornando um dos motivos para que jovens, principalmente da periferia mais empobrecida enfrentem maiores dificuldades para superar o desemprego, dado este que é explicitado na pesquisa de Abramovay. Assim, o jovem negro continua experimentando trajetórias de criminalidade.

Podemos perceber então como na trajetória de vida de Sandro e dos jovens negros e pobres como ele, de fato, só encontramos limitações para acessar direitos à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e ao trabalho. Essa continua a ser a realidade de muitos outros jovens negros e pobres, quando se é negado esses direitos e o descaso é escancarado, e o mais grave, parece que esses jovens não podem responder à sociedade de outra forma que não de forma violenta diante da negação dos seus direitos.

O que acontece com Sandro no dia 12 de junho de 2000, segunda feira, quando sequestrou o ônibus 174 acontece com alguma variação com milhares de jovens como ele, como mostram as estatísticas. A rota era Gávea-Central, bairro onde vivem camadas médias altas e o centro da cidade do Rio. Ele portava um revólver calibre 38 quando o ônibus foi interceptado pela viatura da polícia. Um dos amigos de Sandro, que não se identificou no documentá-

rio, relata que não sabia o que Sandro queria no ônibus 174, uma vez que eles roubavam de ricos. A polícia diz que o sequestro foi consequência de um roubo interrompido.

Levando em consideração a trajetória de vida de Sandro, como ele se encontrava vulnerabilizado, a segregação juvenil que podemos reconhecer quando relata para a assistente social que já sabe que não consegue trabalho com as condições como vive, a trajetória de criminalidade de Sandro parece ser a única forma de se tornar visível socialmente. Conforme se pode compreender pelos relatos a Sandro à mulher que passou a considerá-lo como filho, ele sempre relatava que um dia seria famoso e apareceria na televisão.

Podemos dizer que Sandro queria ser visto e reconhecido, ele queria existir socialmente. Podemos compreender isso através da fala de Soares, sociólogo estudioso de segurança pública entrevistado no documentário, que diz que no sequestro Sandro “impôs a sua visibilidade, ele era personagem de outra narrativa. Ele redefiniu de alguma maneira o relato social. O relato que dava a ele sempre a posição subalterna, de repente é convertida numa narrativa na qual ele é o protagonista”. De encontro com a idéia de Soares, Abramovay aponta que quando se é negado os direitos de cidadania e o descaso com os jovens pobres e negros é escancarado, parece que os jovens não podem responder à sociedade de outra forma que não de forma violenta diante da negação dos seus direitos. Portanto, a visibilidade de Sandro é reconquistada traçando trajetórias de criminalidade, sendo protagonista, passando da posição de subalterno a dominador.

A partir dessas considerações, é relevante pensar sobre o papel da mídia no desfecho do sequestro do ônibus 174 e sobre como costuma tratar jovens pobres e negros. A grande mídia compareceu ao local para cobrir a ocorrência e o caso logo estava sendo transmitido ao vivo. Finalmente Sandro estava sendo visível, pela primeira vez ele era protagonista e chamava atenção para si, para sua vida difícil e sofrida. A partir daí Sandro passa a se falar aos repórteres, pedindo para ser filmado e conta sobre o assassinato da sua mãe e que é sobrevivente da chacina da Candelária.

Desde o início do sequestro a mídia cobriu ao vivo o acontecimento para todo o país. Segundo um dos policiais, a violência de Sandro durante o sequestro estava associada com a presença das câmeras, na sua visão ele estava preocupado em aparecer e representar a sua peça, além da mídia trazer confiança ao sequestrador de que ele não seria morto pela polícia. Uma das reféns diz que teve a sensação de que o mundo estaria vendo aquela cena através da retransmissão da TV e que isso fazia com que Sandro se sentisse poderoso. Para Yvonne, Sandro sabia o que aconteceria caso ele fosse pego e interagir com a TV foi uma maneira dele se proteger.

Na época do episódio da Candelária, Yvonne relata que uma rádio fez uma pesquisa de opinião pública sobre a chacina e que o resultado foi que a maioria das pessoas achava “bem feito” e que “tem que matar essas crianças”, termo utilizado pela rádio e os consultados, para limpar a cidade. Já no sequestro do ônibus, a mídia usou o caso para aumentar a audiência e a compra de jornais e revistas, o sensacionalismo foi grande. A estratégia midiática se apresenta de forma perversa, visando a audiência, o lucro e não com a intenção de contribuir para se problematizar questões sociais. Como exemplo disso, segundo Aziz Filho, Francisco Filho e Letícia Helena (2000) acompanharam o caso ao vivo na revista Istoé online e a Rede Record transmitiu ao vivo o sequestro com a narração de José Luiz Datena, conhecido pelos programas e reportagens sobre violências. Durante a transmissão, foi colocado efeito sonoro dramático ao fundo da transmissão. Emissoras que transmitiam o sequestro chegavam a picos de audiência e jornais tiveram que ser reimpressos e reenviados para as bancas devido à grande procura, mostra o documentário. Ou seja, a mídia fez do seqüestro e faz da violência um grande espetáculo.

Durante o sequestro, desde o início, a polícia conduziu a operação de forma equivocada, segundo representantes da polícia militar e do BOPE que estavam presentes na ocasião e que trazem essa visão para o documentário. Na visão do representante do BOPE, deveria ter feito um cordão de isolamento da área do ocorrido, impedindo que a mídia e a população chegassem próximas ao ônibus. Ele ainda ressalta que era possível utilizar quatro táticas para lidar com o seqüestro, seriam elas a negociação para propiciar uma solução pacífica, o uso de agentes não letais, o uso de atiradores de precisão e o uso de grupo de retomada e resgate, que invadiria o ônibus de forma tática, conteria o seqüestrador e resgataria as reféns. Segundo ele, para essa situação a melhor opção seria o atirador de precisão. Ele explica que Sandro expôs a cabeça para fora do ônibus inúmeras vezes e que se fosse alvejado morreria instantaneamente. Ele hipotetiza que isso não foi feito, talvez porque o seqüestro estava sendo transmitido ao vivo e chocaria os telespectadores uma execução em tempo real.

O desfecho do sequestro começou quando Sandro saiu do ônibus fazendo uma refém de escudo. O representante do BOPE, Capitão Rodrigo Pimentel, relata que quando o Sandro sai do ônibus, naquele momento não era vantagem uma situação estática se tornar móvel. Porque, segundo ele, correria o risco da população linchar Sandro, colocando sua vida em risco.

Um policial, autorizado pelo comandante da operação, interveio com o intuito de executar Sandro com um tiro na cabeça e errou o alvo. O policial acertou a refém e Sandro com o dedo no gatilho e provavelmente decorrente do reflexo, segundo depoimento de uma das re-

fêns presente, disparou contra a refém Geisa que logo em seguida foi socorrida, mas veio a óbito. O policial Batista relata no documentário que pensou que o tiro do policial Marcelo havia acertado Sandro e que ele estava morto ou quase morto quando, na tentativa de tirar a arma da mão de Sandro, se debruçou sobre ele e a refém que foi colocada como escudo. Ao tentar puxar o braço de Sandro, foi disparado outro tiro contra a refém, alega ele.

A população que se aglomerou ao redor queria linchar Sandro, o que pode ser observado nas cenas reais retransmitidas no documentário; ao ouvir os primeiros disparos a população se exaltou. Começaram a gritar palavras de baixo calão contra Sandro e palavras de ordem como “mata, mata!” e “lincha, lincha!”, indo em direção ao Sandro, que foi conduzido pela polícia até o camburão em seguida executado pela polícia por asfixia, segundo vozes não identificadas ao fundo e no final do documentário.

O Capitão Rodrigo, do BOPE, em depoimento hipotetiza que os policiais militares podem ter pensado que Sandro havia sido alvejado devido à quantidade de sangue em seu corpo que na verdade era da Geisa, a refém. Após o sequestro, diz ele, conversou com alguns policiais que relataram que Sandro estava nervoso, agitado e estava resistente, a ponto de quebrar o vidro da viatura, morder os policiais e quebrar o braço de outro policial. Assim, segundo ele, foi necessário fazer um sufocamento para desmaiá-lo, que foi mal executado. Em depoimento, outro policial, Batista, preferiu não comentar sobre a execução de Sandro. Yvonne relata que os policiais mataram porque estão acostumados a matar e questiona quem defenderia um Sandro. Segundo o Capitão Rodrigo, o resultado do sequestro jamais seria positivo porque havia dois anos que a equipe policial não recebia treinamento e cursos para lidar com ocorrências como essa.

Essa realidade, da violência policial contra jovens negros, é apontada no Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD (2005), com o alto índice de homicídio de negros em ações policiais constituindo um viés racista nos aparelhos de repressão. O número maior de jovens mortos pela polícia ocorre dentro das favelas, e a diferença entre brancos e negros em outras áreas urbanas também é desproporcional. Podemos observar isso na fala do antropólogo e cientista político Luis Eduardo Soares, no documentário, que diz que “à polícia cabe o trabalho sujo que a sociedade não quer ver e de algum lugar obscuro do seu espírito deseja que se realize, que se anulem os Sandros, que os Sandros desapareçam das nossas vistas. Nós não queremos ver essa realidade. Não podemos suportar essa realidade. Então a invisibilidade é afinal reconquistada pela produção policial da invisibilidade através da anulação que a morte gera”.

Ao final do documentário, e de acordo com a perícia, vemos que o primeiro tiro dis-

parado pelo policial Marcelo acertou o rosto da Geisa e os outros três tiros foram disparados por Sandro. Os policiais foram julgados por júri popular, considerados inocentes pelo assassinato de Sandro e continuam atuando como policiais.

A predominância de negros vivendo nas ruas e experimentando a criminalidade deve-se à hierarquização social alimentada pelas desigualdades sociais e econômicas. A maioria branca, detentora do poder, da renda e do bem estar, criminaliza essa parcela da população e sustenta que esses indivíduos estão nessa situação por escolha, ou seja, naturalizam uma questão social.

No documentário, confirmando a literatura estudada, as pessoas entrevistadas que conviviam com Sandro nas ruas e na criminalidade eram, em sua maioria, negros, o que reforça que os jovens negros e pobres estavam e continuam vivendo em situação precária, com limitações de acesso aos direitos, sendo colocados à margem da sociedade e impossibilitando a mobilidade social. Parece que só na criminalidade esses jovens constituem laços sociais e encontram formas de se tornarem visíveis dentro da sociedade que os silenciam e os executam.

## 8 CONCLUSÃO

No decorrer do estudo mostrou-se importante pensar sobre as estatísticas da criminalidade e o número de negros encarcerados. Correlacionando os estudos e dados com a história de vida de Sandro foi possível discutir os fenômenos sociais que produzem a marginalização dos jovens negros, além de discorrer sobre os mecanismos que os mantêm distantes de direitos em parte conquistados pelos não negros, como se fossem privilégios.

O questionamento que originou este estudo foi contemplado na medida em que, ao rever a bibliografia recente sobre a juventude negra brasileira e relacionar com a vida de Sandro, foi possível afirmar que o jovem negro pobre assimila o preconceito de que ele é incapaz de ascender na vida social como se fosse inferior por sua etnia, encontrando na criminalidade reconhecimento e visibilidade. Para, além disso, através dos estudos, identificamos que há todo um sistema hegemônico de criminalização da pobreza e da juventude negra que contribui para a assimilação do preconceito e limita crianças e jovens negros a experimentarem mobilidade social.

A percepção do preconceito e do racismo nas atitudes observadas no cotidiano aponta para o discurso caracterizado pela redução do cultural ao biológico. No Brasil, a hierarquização social é mantida por mecanismos de opressão e subordinação, que são mantidos e impos-

tos para tratar como se fossem privilégios dos brancos direitos de todos o que acaba por impedir que os negros ascendam socialmente. Assim, tantos Sandros e Sandras são vítimas de homicídios, estão encarcerados, em situação de rua e com limitações de acesso aos direitos de cidadania.

Os objetivos que foram colocados no início da trajetória deste estudo foram de suma importância para a sua realização, dentre eles destacamos como foi importante compreender que há muitas juventudes e como é e como se dá a vulnerabilidade social. Também foi importante compreender como ocorre e se reproduz o mecanismo de hierarquização social.

Os objetivos alcançados neste trabalho de conclusão de curso tornaram o interesse pelo tema mais aflorado e mais constante o questionamento frente às questões sociais dos que sofrem e experimentam no cotidiano como o Estado é omissivo, que suas trajetórias de vida são consideradas como produto de escolhas individuais e conseqüentemente, predomina a naturalização do social.

Durante a elaboração desse estudo nos deparamos com a complexidade do tema que é estudado por diversas áreas de conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Sociais. Cada subtema abordado era extenso a ponto de, pelo interesse, dar em novos estudos, o que exigia capacidade de síntese e clareza para a compreensão do assunto, sem que se perdesse o tema protagonista deste estudo monográfico.

Concluimos que a juventude negra no Brasil, em grande parte, experimenta trajetórias de criminalidade porque a partir da escravidão se mantém e se reproduz um grande desequilíbrio social entre negros e não negros. O que faz permanecer esse desequilíbrio é a hierarquização social que é mantida por mecanismos de opressão e subordinação dos negros, enquanto os brancos, mesmo sendo minoria, são detentores do poder econômico e do bem-estar. Sendo assim, os negros tem maiores limitações de acessar aos direitos e se mantêm em situação de vulnerabilidade social, encontrando na criminalidade uma forma de existirem socialmente.

## REFERÊNCIAS.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et al. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em 15 ago 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 13ª ed. Lei n. 8.069/1990. Brasília: Câmara, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. 3ª ed. Lei n. 12.852/2013. São Paulo: Saraiva, 2013.

DAFS, Arthur; RUY, Marcos Aurélio. **Jovem negro brasileiro sofre mais com a violência social**. 2015. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2015/janeiro/jovem-negro-brasileiro-sofre-mais-com-violencia-social>.> Acesso em: 19 out. 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO: Ministério da Educação, 2007. Cap. 3, p. 155-176. DIEESE. **Os negros no trabalho**. São Paulo: Número 1. Nov. 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>.> Acesso em: 17 mar. 2016.

FARIAS, Lindbergh. **CPI: Assassinato de Jovens**. 2016. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>.> Acesso em: 19 out. 2016.

FILHO, Aziz; FILHO, Francisco Alves; HELENA, Leticia. **Sem Saída**. 2000. Disponível em: < [http://istoe.com.br/37203\\_SEM+SAIDA/](http://istoe.com.br/37203_SEM+SAIDA/).> Acesso em: 10 out. 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 1995. Disponível em: <[http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626\\_racismo\\_e\\_anti\\_racismo.pdf](http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf).> Acesso em: 27 abr. 2016.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce H. Pena; LISBOA, Marilu Diez. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. 2011. Disponível em: < <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/723/587> >. Acesso em 18 ago 2016.

MOURA, Tatiana Whately; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. **Levantamento de Nacional de Informações Penitenciárias**. 2014. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>.>. Acesso em: 16 mar. 2016.  
Padilha, José (Diretor). 2002. **Ônibus 174** [DVD]. 133 min. Rio de Janeiro: Riofilme.

PELLEGRINI, Marcelo. **Violência: Brasil mata 82 jovens por dia**. 2014. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>.>. Acesso em 07 set 2016.

PETRY, Almiro. Conflito do TRABALHO com o CAPITAL na América Latina. 2008. Disponível em: <[http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/cap\\_trab.pdf](http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/cap_trab.pdf).>. Acesso em 07 set 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.  
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano – Brasil 2005: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD, 2005.

RAMOS, Paulo. **A violência contra jovens negros no Brasil**. 2012. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Carta Capital. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-violencia-contrajovens-negros-no-brasil>.>  
Acesso em: 17 mar. 2016.

SANTOS, Elisabete Figueroa; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho**. 2011. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672011000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004).  
Acesso em: 19 out. 2016.

SINHORETTO, Jacqueline. **Mapa do encarceramento - Os jovens do Brasil**. Brasília, jun. 2015. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento\\_WEB.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf).> Acesso em: 15 fev. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: Os jovens do Brasil**. Brasília: 2014. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf).> Acesso em: 16 mar. 2016.